



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

Vistos etc.

JR Construções e Terraplenagem Ltda. EPP impetrou o presente mandado de segurança em relação a ato do Presidente da Casan.

Alega que foi inabilitada em licitação sob argumento de não ter apresentado documentação (atestado de capacidade técnica e certidão de acervo técnico) conforme as exigências mínimas previstas no edital. Reputa que preenche satisfatoriamente aqueles requisitos e que o reclamo vale por excesso de formalismo.

Quer a segurança para garantia de sua presença no certame.

A autoridade coatora prestou informações. Entende que a inabilitação da impetrante foi correta e de acordo com os termos do edital, tendo em vista que esta não preenchia o requisito de capacidade técnica operacional de empresa. Aduziu que o diâmetro da tubulação em que a impetrante executou obra anterior é requisito necessário para averiguar sua capacidade técnica. Desse modo, afirmou que não existe direito líquido e certo a ser amparado.

O Ministério Público não se manifestou.

É o relatório.

Decido.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

A autora foi inabilitada por que *"no que tange à análise dos documentos de habilitação do item 5.3.2, o atestado apresentado informou não específica o diâmetro e tipo da tubulação assentada e a CAT referente ao serviço não corresponde às quantidades indicadas no atestado"* (fls. 48, referendada às fls. 63-67).

O item editalício em questão, entretanto, tinha a seguinte disposição (reproduzo a imagem colhida dos autos virtuais):

5.3.2. A Capacidade Técnica Operacional da Empresa deverá ser comprovada através de Atestados expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado com a Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrado no CREA, que comprove que a licitante já executou serviço que comprove que a licitante já executou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto descrito conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTITATIVO LICITADO	QUANTIDADE MÍNIMA SOLICITADA EM ATESTADO
1- Assentamento de rede coletora de esgoto DN 150 mm.	700 m	300 m

Obs: Não será aceito somatório de atestados.

5.3.2.1. Será admitida a comprovação da experiência da empresa através de certidão e atestado de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. O atestado deverá ser emitido em papel timbrado da concedente, datado e assinado. O atestado deverá se referir a serviços concluídos e executados nos prazos previstos contratualmente.

Como se vê, a exigência era de que a licitante comprovasse ter executado serviços *pertinentes e compatíveis*. Não era o caso, portanto, de condição mínima para participação no certame. Tanto é assim que o subitem 5.3.2.1 admite *"a comprovação da experiência da empresa através de certidão e atestado de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (...)"*.

Se é assim, tenho que a inabilitação foi mesmo precipitada na medida em que o atestado de capacidade técnica fornecido pela empresa é – até textualmente falando – muito **similar** àquilo que fora previsto no instrumento convocatório (fls. 57 e 58-59), contando inclusive com quantitativo superior ao que queria a Administração.

A exigência invocada pela autoridade, para repetir um chavão, representa um excesso de formalismo, ou, para ser mais preciso, um rigor exacerbado, pois condiciona a participação da licitante em critério cujo subjetivismo adotado pela Administração não é dos mais razoáveis, ferindo, em última análise, o próprio caráter competitivo do certame.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

Assim, julgo procedente o pedido para desconstituir a decisão que inabilitou a impetrante, afastando o argumento relativo ao não atendimento das exigências previstas no item 5.3.2 do edital, determinando à autoridade que considere a autora como habilitada, de sorte a prosseguir no certame como de direito – ressalvado outro impedimento não tratado nos autos.

Sem custas.

Sentença sujeita ao reexame necessário.

Publique-se.

Registre-se.

Intimem-se.

Florianópolis, 17 de abril de 2017.

Hélio do Valle Pereira
Juiz de Direito

Autos 0313065-18.2016.8.24.0023